

Justiça em

ano VII - junho 2013 - número 35



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo



SEI

Sistema Eletrônico de Informações





Caros amigos,

Aproveito o espaço deste editorial para lhes dar conta das atividades que se encontram em execução neste DFor. O que de mais importante se apresenta, assim penso, diz com a iminente integração, em nossos quadros, de novos servidores. Fruto de intenso trabalho empreendido pela Presidência do TRF, a incorporação desses novos servidores representa(rá) um alento, em especial para aquelas unidades que sofrem, nos últimos meses, com visível redução em sua força de trabalho.

A DFor, por meio de seu núcleo de gestão de pessoal, vem trabalhando incansavelmente no planilhamento dos pedidos de alteração de lotação dos servidores já atuantes, na tentativa de (re)compôr os quadros atuais antes da posse dos novos servidores; buscase, com isso, priorizar a alocação dos servidores “antigos” e, a um só tempo, dar fim à enormidade de pedidos formulados

naquele sentido, todos pendentes no mais das vezes pela necessidade de reposição imediata.

Segundo estimativa aqui firmada, até o mês de julho, todo o processo se findará, abrindo ensejo para, daí por diante, darmos vazão aos termos da Portaria nº 27.802/2013, que trata de disciplinar, objetivamente, a questão da movimentação de servidores.

A par disso, devo lhes lembrar que o projeto de descentralização das atividades desenvolvidas pela Administração Central segue firme – por isso, aliás, é que, numa das matérias desta “Revista”, cuidou-se de destacar os trabalhos de uma de suas unidades, justamente a DFor. Por detrás dessa matéria – que será sucedida, nos próximos volumes, por outras tantas, de idêntico conteúdo, operando com a descrição de outros núcleos –, coloca-se a intenção de tornar (re)conhecíveis os meandros da Administração Central – uma das vias pelas quais, assim penso, a almejada descentralização viabilizar-se-á (afinal de contas, conhecer é, senão tudo, quase tudo...).

Devo destacar, por outro lado, uma das preocupações que agitou esses dois meses de gestão que se fecham: segurança. Os recursos de que se dispõe nesta DFor, todos sabem, são poucos.

Na tentativa de priorizar o “mínimo”, começamos, então, com uma específica atividade, relacionada aos cursos de formação de brigadistas, criando uma pauta que visa a atender às diversas Subseções até o fim do segundo semestre.

A intenção, de todo modo, é “zerar” essa questão, resolvendo (ou encaminhando) todos os pontos exigíveis(dos), como o fornecimento do necessário material de segurança, a

instalação de CFTV e a regularização da documentação pertinente ao tema.

Meus caros, muito mais poderia lhes falar, afinal de contas, as demandas que se nos apresentam diariamente são múltiplas, multiplicando-se, conseqüentemente, nossa atuação – nem sempre visível. Ficamos por aqui, no entanto, dada a limitação de espaço.

No mais, mesmo sabendo que os tempos não são fáceis, sigo exortando-os a pensar sobre a ideia que nos move desde quando chegamos à DFor: a da descentralização. Depois de lançada, essa ideia frutificou: estamos, caminhando a passos largos e firmes, em especial no que se refere à maturação dos normativos necessários, inclusive os que tratam da reestruturação desta Administração (seja pela reorganização de seus subórgãos, seja pela revisão da conduta de seus integrantes; tudo para permitir a absorção da ideia de uma gestão menos concentrada).

Por isso mesmo, embora ainda não tenha havido condições de apresentar um projeto pronto e acabado para fins de debate público, posso dizer-lhes de minha satisfação: a recepção à ideia pela maioria dos juízes é positiva, sendo positiva, da mesma forma, a reação dos servidores que atuam na DFor, todos envolvidos, hoje, no projeto de viabilizar, por diversos meios, a esperada desconcentração. A esses servidores, aliás, quero dirigir minha especial gratidão, seja por sua dedicação, seja pela sincera disposição que vêm manifestando em relação a nossas ideias e propósitos. ■

Paulo Cesar Conrado
Juiz Federal Diretor do Foro

EXPEDIENTE

Juiz Federal Diretor do Foro
Paulo Cesar Conrado

Juíza federal vice-diretora do Foro
Alessandra de Medeiros Nogueira Reis

Diretor da Secretaria Administrativa
Rodrigo Corral

Diretor do Núcleo de Comunicação Social
Ricardo Acedo Nabarro

Seção de Multimídia e Audiovisual
Gerrinson Rodrigues de Andrade (supervisor)
Coaracy Caracas Soares Santos
Elizabeth Branco Pedro
Javã de Carvalho

Seção de Produção de Texto e Atendimento à Imprensa
Fernando Coleti (supervisor)
Jefferson Messias
Kátia Serafim

Estagiários
Igor de Francisci Gonzalez
Paula Spínola
Bárbara Alcalde de Lima

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-6175

Visite também a
versão virtual da revista em
<http://www.jfsp.jus.br/imprensa/>

NOVOS JUÍZES – Dezoito novos magistrados aprovados no XVI Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto tomaram posse no dia 13/5. Nos dias 28 e 29/5 todos participaram do workshop de “Media training da 3ª Região”, voltado para formar porta-vozes da instituição.



RIBEIRÃO PRETO – Em abril o JEF de Ribeirão Preto comemorou 10 anos de instalação. O evento foi realizado no auditório do Fórum Federal e contou com a presença de autoridades do Judiciário, Executivo e Legislativo, representantes do Ministério Público e público em geral.



BRIGADA DE INCÊNDIO - Foi realizada no dia 8/5, no prédio da JF em Santos/SP, uma simulação de abandono do prédio para testar o tempo médio de esvaziamento em caso de incêndio. Participaram servidores, magistrados, funcionários terceirizados e público externo. A simulação durou 6 minutos e foi considerada um sucesso.

DIRETORIA DO FORO - O novo diretor do Foro, juiz federal Paulo Cesar Conrado, realizou no dia 11/4, o primeiro encontro de sua gestão com juizes da capital e interior, incluindo os que atuam como diretores de subseção e coordenadores administrativos.



POSSE DESEMBARGADOR – Tomaram posse nos dias 24/5 e 7/6 para o cargo de desembargador federal do TRF3, respectivamente, Nino Oliveira Toldo, que atuava como juiz federal titular da 10ª Vara Federal Criminal em São Paulo, e Mônica Altran Machado Nobre, que era titular da 4ª Vara Cível de São Paulo.



INAUGURAÇÕES – No dia 8/4 foram instalados em Piracicaba o JEF e a CECON, no mesmo prédio onde funciona o Fórum Federal da cidade. No dia seguinte (9/4) foi a vez de Americana receber a CECON e a sua 1ª Vara Federal, que herdou mais de 12 mil processos que tramitavam na Justiça Estadual. E no final do mês de abril, no dia 26, Franca teve inaugurada a sua 1ª Vara-Gabinete do JEF.





X Prêmio Innovare

A Justiça brasileira, através do Instituto Innovare, tem um espaço reservado para iniciativas que contribuem para a melhoria da sociedade. Neste ano, além das práticas positivas, o concurso vai premiar a melhor monografia sob o tema "A Justiça do Século XXI", com inscrições até 30 de junho. O resultado do prêmio será divulgado em novembro. Na 9ª edição, em 2012, os temas foram "Desenvolvimento e Cidadania" para as categorias Tribunal, juiz, Ministério Público, Defensoria Pública, Advocacia e "Justiça e Sustentabilidade" para a premiação especial, com destaque para "Municípios Verdes", que apresentou um acordo entre o Ministério Público e 90 municípios, reduzindo em 40% o desmatamento da Amazônia. O site www.premioinnovare.com.br disponibiliza as mais de três mil práticas inscritas desde a primeira edição.



Médicos também podem abater dívida do FIES

Médicos, assim como professores já beneficiados que fizeram uso do FIES, Fundo de Financiamento Estudantil, e atuarem por um ano ininterrupto em áreas com carência de atendimento, podem abater mensalmente 1% do saldo devedor. A contagem se inicia em 2010. O fundo apoia atualmente 871 mil estudantes no Brasil. Confira a portaria Normativa nº 7, de 26/04/2013, do Ministério da Educação.



USP - pioneirismo educativo na América Latina com uso da "nuvem"

A Universidade de São Paulo é a primeira universidade da América Latina a implantar o sistema de nuvem, nos meios eletrônicos. O uso atende às áreas de ensino e pesquisa de todos os campus da universidade no estado de São Paulo. O projeto iniciou em julho de 2012 e está sendo amplamente usado em 2013.

Livros digitais nas escolas públicas

O Ministério da Educação, MEC, anunciou que a partir de 2015 incluirá na rede das escolas públicas os livros digitais. As informações devem interagir com as diversas plataformas existentes no mercado e complementarem os livros tradicionais. As obras multimídia inscritas e acompanhadas do livro impresso foram recebidas pelo MEC no último mês de maio, seguindo edital publicado.



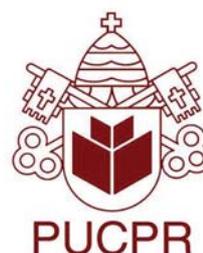
45 mil bolsas é a meta deste ano

O programa Ciência sem Fronteiras mantém parcerias com 35 países. As áreas de atuação são ciências básicas, saúde, engenharias e tecnologia. O objetivo é promover o avanço nessas áreas. A meta é de qualificar 45 mil estudantes neste ano e 105 mil até 2015. Novos editais estão previstos para o segundo semestre. Os destinos mais procurados são EUA, Portugal, França e Espanha.



Doutorado nos Estados Unidos

Inscrições até 30 de setembro. O programa Ciência sem Fronteiras, do Governo Federal, oferece 1.400 bolsas para doutorado nos Estados Unidos até 2015 nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática. Neste caso não é necessário mestrado, como no Brasil, mas o inglês fluente é exigido. Os bolsistas têm obrigação de voltar ao Brasil após o término do curso. A Laspau, organização sem fins lucrativos, auxilia os brasileiros no processo de seleção (www.laspau.harvard.edu/pt-br).



Auditório 4D para alunos de Curitiba

Inaugurada em 19 de abril, alunos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), localizada em Curitiba, ganharam um auditório 4D, com 116 poltronas interativas, reclináveis e sistema vibratório. A projeção é em 180 e 360 graus, com tela em formato semi-esférico. O auditório vai ser aberto a alunos de outras instituições e à sociedade. A iniciativa do Grupo Marista visa a melhoria dos processos de aprendizagem.

A JUSTIÇA FEDERAL FORMANDO

CONCILIADORES



Preparar pessoas que sejam capazes de resolver conflitos judiciais de forma harmoniosa, melhorar a prestação jurisdicional e propagar a cultura da conciliação: estes são alguns dos objetivos do “Curso de Formação de Conciliadores”.

Em março deste ano, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) publicou o edital para a realização do curso, direcionado a servidores da JF e ao público externo. Os participantes aprovados foram selecionados para desempenhar, de forma voluntária, a função de conciliador nas Centrais de Conciliação (CECONs) da capital e Grande São Paulo.

A desembargadora federal Daldice Santana, coordenadora do Gabinete da Conciliação, explicou que “o papel daquele que atua na conciliação é o de ser um facilitador da comunicação e do diálogo, auxiliando na construção de um acordo bom e viável (...). O curso ensina como aplicar as técnicas para que o processo de conciliação seja mais efetivo”.

No total, foram 54 horas de treinamento, sendo 24 horas de parte teórica e 30 horas de estágio supervisionado, que é cumprido na própria Central de Conciliação. Juízes e servidores habilitados como instrutores em conciliação pelo TRF3 e CNJ ministraram as palestras durante os três dias do evento, que aconteceu em abril.

“O conteúdo do curso está adaptado à nossa realidade. É um conteúdo mínimo fixado pelo CNJ. Com isso, teremos um padrão de formação de modo que o conciliador atuará hoje e

futuramente da mesma forma. Mesmo que houver substituição entre os conciliadores, será mantida a mesma linguagem e forma de atuação”, destacou Daldice Santana.

A juíza federal Fernanda Souza Hutzler, coordenadora da CECON da capital, explicou como o estágio é realizado. “Primeiramente o participante assiste às audiências como observador. Depois de algumas horas-aula nessa condição, ele passa efetivamente a atuar como conciliador, sendo avaliado tanto pelos juízes como por outros conciliadores. Depois das 30 horas de estágio eles então presidem sozinhos as sessões de conciliação”.

Conciliadores

Um dos requisitos a serem cumpridos pelos participantes externos é possuir nível superior em qualquer área. No entanto, a maior parte dos interessados é composta de bacharéis em Direito, pois o exercício da função de conciliador é considerado como prática de atividade jurídica, item necessário para vários concursos públicos.

Esse foi um dos motivos que levou a participante Susanna do Val a se inscrever. Ela acrescenta ainda que outro ponto importante foi o fato de se tratar de um trabalho voluntário e poder sentir que está, de alguma forma, ajudando a sociedade.

A servidora Aila Maria Abrantes, da 3ª Vara Federal em São Bernardo do Campo/SP, afirmou que os princípios

abordados no curso podem ajudá-la a melhorar o atendimento e esclarecimento ao público, além de agilizar o trabalho na vara.

Na opinião da advogada Karina Martins, a participação do público externo “representa uma forma de cooperação entre o voluntário, o servidor e o Judiciário Federal, beneficiando o jurisdicionado na solução do conflito em um prazo de tempo menor”.

Cultura da Conciliação

De acordo com a juíza Fernanda Hutzler, mais do que formar conciliadores, o curso visa também propagar a cultura da conciliação. “Os servidores que estão participando levarão para seus locais de trabalho o conhecimento que aprenderam aqui. Eles transmitirão para os juízes como funcionam as Centrais de Conciliação e as vantagens de remeter os processos para lá”.

De acordo com a magistrada, os participantes que estão estudando para concursos na área jurídica também difundirão essas informações. “Aquele que passar no concurso para defensor público, vai levar consigo a cultura da conciliação. Caso se torne um promotor, ou mesmo um juiz, fará o mesmo ao desempenhar seu trabalho.

Isso torna o curso de suma importância, não só por ser uma exigência para os conciliadores, mas por permitir essa propagação de ideias e da cultura da conciliação”, concluiu Fernanda Hutzler. ■



Sistema Eletrônico de Informações - SEI

Transformação na Administração da JF

Informatização de processos é uma tendência que se torna cada vez mais comum em diversos órgãos públicos, especialmente no Poder Judiciário. No Brasil, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi o primeiro a virtualizar todos os processos. Na Justiça Federal em São Paulo, os Juizados Especiais Federais já trabalham dessa forma e não utilizam papel no dia a dia. Todas essas mudanças eram apenas nos processos judiciais.

Entretanto, um novo sistema foi desenvolvido para ser utilizado em qualquer expediente administrativo, desde uma sindicância até uma requisição de copos descartáveis. Chama-se Sistema Eletrônico de Informações ou simplesmente SEI.

Criado e desenvolvido em apenas quatro meses por servidores do TRF4 (RS, PR e SC), o SEI tinha como objetivo a integração de toda a JF da 4ª Região por meio totalmente eletrônico, reduzindo o tempo da realização das atividades administrativas e promovendo a atualização das informações em tempo real.

O SEI transfere a gestão de documentos e processos administrativos

para um ambiente virtual. Ao que tudo indica, quando todas as áreas da JF/SP estiverem integradas ao SEI, papel e impressoras serão objetos quase sem utilidade.

O diretor do Núcleo de Organização e Métodos da JF/SP, Vitor Neves Ribeiro, ressaltou a importância do sistema: "A introdução do SEI é um divisor de águas, pois está mudando completamente o trabalho na Justiça Federal na 3ª Região. Além da vantagem de transformar o processo administrativo em eletrônico, a ferramenta é de fácil utilização, ajuda na organização do trabalho e agiliza o andamento dos processos".

O sistema é acessado pela internet no endereço sei.trf3.jus.br/sei, utilizando o mesmo login e senha da rede da JF/SP. A interface é bastante didática e de fácil manuseio. Lá você encontra opções como "Iniciar processo", "Controle de processo", "Texto Padrão", "Modelos", entre outras, que agilizam a sua utilização. Além disso, há cerca de 20 vídeos de ajuda.

Quais tipos de expedientes

administrativos podem ser tramitados pelo SEI? Praticamente todos! Veja alguns exemplos possíveis:

- Abono permanência
- Afastamento
- Ajuda de custo
- Alteração de cargo
- Alteração de dados pessoais
- Auxílios Moradia, Pré-Escola e Transporte
- Averbação
- Cessão de servidor
- Compensações
- Concurso de remoção
- Correição-Geral Ordinária
- Diárias
- Exoneração de cargo
- Férias
- Licença
- Nomeação de cargo em comissão
- Pedidos de pensão
- Permuta de magistrados
- Processo Administrativo Disciplinar
- Prontuário médico
- Representação
- Sindicância
- Substituição de FC/CJ

Visualização simultânea

Um dos grandes diferenciais do SEI é a possibilidade de mais de um setor poder visualizar e até mesmo trabalhar em um processo simultaneamente.

“O processo pode estar aberto em diversos lugares ao mesmo tempo. Por exemplo, numa licitação, tem a parte da coleta de preço daquilo que está sendo licitado, tem o pessoal que vai elaborar o edital e aqueles que vão fazer a minuta de contrato após a licitação, mas todos podem ter acesso ao expediente ao mesmo tempo. As atividades podem ser feitas paralelamente, sem uma comprometer a outra. Todos têm acesso à árvore do processo, é possível visualizar todas as atividades que estão sendo desenvolvidas”, garante Vitor Ribeiro.

organização do trabalho são os chamados “post-it virtuais”, espécie de lembretes que você mesmo adiciona e salva na pasta.

Economia de dinheiro

Outro aspecto importante da utilização do SEI é a redução de gastos de verba pública. Como o sistema foi criado e elaborado totalmente por servidores do TRF4 e não por empresas de tecnologia de informação, não foi necessário gastar com compras de softwares, que nem sempre satisfazem as necessidades do órgão e geram contratos de suporte intermináveis. O SEI foi cedido gratuitamente a outros tribunais, como, por exemplo, o TRF3.

isolados em que o sigilo é necessário, o sistema tem como lema a transparência do fluxo das informações geradas.

Outro ponto relevante é o fato do acesso ser feito pela internet, sendo possível utilizá-lo em qualquer lugar, inclusive em casa. Bem como, as empresas contratadas da Justiça Federal também têm acesso ao processo.

Implantação

O primeiro setor da JF/SP que está sendo integrado totalmente ao SEI é o de Licitação. A intenção é que aos poucos todos os processos administrativos da Seção Judiciária migrem do físico para o virtual. Porém, já é possível que qualquer setor inicie um novo processo, utilizando apenas o SEI.



Com essa otimização, o expediente tem sua conclusão muito mais rápida. Uma boa parte burocrática é eliminada e há considerável diminuição de etapas que antes eram necessárias.

Capacidade de organização

Outra característica do programa é o fato dele ser de fácil utilização até para aqueles que não conseguem ser tão organizados. Primeiro, porque todo conteúdo fica gravado e disponível na “árvore” do processo. Há também uma programação eletrônica de controle de prazos, muito útil para quem esquece das datas limites para entrega de documentos. Outra ferramenta bastante eficaz na

Solução sustentável

O mundo vive um momento em que a economia de recursos naturais é tão importante quanto aquilo que você vai produzir. A preocupação com o futuro do planeta está em todos os lugares.

Com o SEI a pessoa não utiliza papel e, assim, evita a derrubada de centenas de árvores por ano e não gera poluição (e gastos) causada pela confecção do papel e pelo seu transporte.

Outras características

Além do que já foi apresentado, o SEI ainda tem diversas outras qualidades interessantes. Uma delas é a transparência administrativa. Exceto algum casos

“O SEI está em fase de disseminação. Primeiro nós concentramos na Administração Central e aos poucos estamos disseminando para os fóruns”, explica Vitor Ribeiro.

Cursos

Em fevereiro deste ano, foi realizado no TRF3 o primeiro treinamento dos servidores de áreas administrativas da JF. Na ocasião, cerca de 300 pessoas compareceram ao curso. Em breve, novos treinamentos deverão ser realizados.

“Enquanto não ocorrer outros cursos, irei “in loco” nos setores administrativos treinar o pessoal e tirar dúvidas sobre o SEI”, encerra Vitor. ■

Trabalho voluntário: atitudes que mudam a sociedade

Você já pensou em fazer algum trabalho voluntário? Segundo uma pesquisa realizada em 2011 pelo Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística), 25% dos brasileiros já fizeram ou participam de alguma ação voluntária fazendo o bem a alguém de maneira espontânea, sem esperar algum tipo de remuneração em troca.

De acordo com a ONU (Organização das Nações Unidas) o voluntariado é capaz de beneficiar toda a sociedade, pois fortalece a confiança, a solidariedade e a reciprocidade entre as pessoas.

A atividade no Brasil é regulada pela lei 9608/98. Para se tornar um voluntário é necessário ter motivação, ser solidário, assumir compromisso, doar tempo, trabalho e talento, o que não quer dizer que a pessoa precise ser especialista em algo, basta querer ajudar. Cada um contribui na medida de suas possibilidades.

As ações desempenhadas podem estar relacionadas a assistência social, objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos ou recreativos, sempre de acordo com a necessidade da comunidade.

Atualmente já é possível praticar uma ação beneficente sem sair de casa. É o trabalho voluntário online, onde são oferecidos trabalhos ligados à tradução, editoração, consultoria jurídica, entre outros.

Veja como servidores e magistrados da JF/SP estão engajados no trabalho voluntário:

aulas de flauta

Carlos Alberto Gasparetto Gonçalves, técnico judiciário, ministra aulas de flauta doce para crianças e adolescentes e ajuda na arrecadação e distribuição de alimentos a famílias carentes. "Sinto que recebo muito mais benefícios do que proporciono. Sinto-me útil no auxílio da diminuição de problemas sociais e observo o despertar de talentos em jovens que não teriam acesso a formas diversificadas de arte".

aulas de dança

Rosana Campos Pagano, juíza federal, colabora em duas instituições piracicabanas com atividades especialmente relacionadas a dança e música. "A possibilidade de exercitar a generosidade e experimentar a felicidade de promover melhoria na qualidade de vida do outro, de fazê-lo mais feliz, asseguram-me que sou sempre eu a mais beneficiada".

doação de materiais

Servidores da Subseção Judiciária de Bauru, há mais de cinco anos, fazem doações mensais para compra de materiais de higiene e alimentação para auxiliar na manutenção do programa "Casinha Amarela". O projeto consiste em são quatro pequenas casas assistenciais localizadas no "quintal" dos hospitais da cidade e oferecem alimentação a pacientes em tratamento sem internação que viajam de outras cidades e não podem pagar pela refeição.

aulas de direito

Frederico Pereira Martins, analista judiciário, dá aulas de noções de Direito Constitucional e Administrativo para quem pretende participar de concurso público e não pode pagar pelas aulas. "Acredito que a importância do trabalho voluntário para a sociedade é de tamanha grandeza que sem ele não há como se esperar, de modo efetivo, o desenvolvimento das pessoas".

grupo de escoteiro

Waldemir da Silva Conceição, técnico judiciário, atua há 28 anos no Grupo Escoteiro Guarú/198º, realizando varias atividades. "Sinto-me completo, quando aquele catatau de gente, olha para mim, com os olhinhos brilhantes e diz: chefe, hoje foi o melhor dia da minha vida".

arrecadação de roupas e brinquedos

Randall Álvares Barbosa, analista judiciário, realiza há 15 anos na JF/SP campanhas para arrecadação de roupas e brinquedos. "Desde a primeira campanha a colaboração dos colegas foi e continua sendo muito grande, pois toca e desperta o sentimento de amor ao próximo e a caridade que todos nós temos".

segurança pública

José Nelson da Silva, técnico judiciário e especialista em Segurança Pública, participa das reuniões do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Mauá, analisando e tratando de ações voltadas a área de Segurança Pública. "O sentimento que esta atividade me proporciona é o de pleno exercício de cidadania".

E você, o que poderia fazer para proporcionar o bem a quem está precisando? Veja como é possível participar de uma ação voluntária, acessando: www.voluntariado.org.br, www.onu.org.br ou www.voluntariosonline.org.br

A bicicleta como alternativa de transporte

A bicicleta torna-se cada vez mais uma opção de transporte para muitos brasileiros. Prática comum em países desenvolvidos, onde a infraestrutura para este fim é mais adequada do que no Brasil, o uso da bicicleta cresce no país a olhos vistos, seja nos grandes centros urbanos ou cidades do interior.

Além de trazer benefícios para a saúde, fortalecendo o coração e melhorando o condicionamento físico, pode ser uma alternativa econômica e sustentável (não poluente) para se chegar ao trabalho. Mas algumas regras devem ser seguidas para que a viagem seja segura e com menor risco de acidentes.

“É preciso sinalizar suas intenções, usar roupas claras e equipamentos como farol dianteiro, backlight, luvas e capacete de boa qualidade; traçar o trajeto do destino na cabeça antes de partir; sair sempre uns dez minutos antes para ir com calma ao destino; ser cordial e tentar não trafegar em grandes avenidas, procurando caminhos alternativos”, diz Teresa D’Aprile, uma das fundadoras do grupo de ciclistas “Saia na Noite” (www.saiananoite.com.br).

Mesmo numa cidade como São Paulo, onde o trânsito é carregado e as ciclovias são escassas, Teresa acredita que a bicicleta pode ser um meio de transporte viável. “Temos que nos adaptar com o que temos. Dá para pedalar sem problemas a partir do momento que se procure caminhos alternativos, saiba pedalar com segurança e com todas as regras necessárias”.

Um dos maiores problemas é que não são apenas os motoristas que provocam os acidentes, mas alguns ciclistas que se acham no poder de fazer tudo, andar na faixa de ônibus, na contramão, passar no farol vermelho, etc. “A cidade é de todos, pedestres, motoristas, ciclistas e motociclistas. É necessário conviver em harmonia”, diz a praticante.

Para a advogada Camila Vergueiro Catunda, que pratica o ciclismo com regularidade nos finais de semana

desde 2006, se não forem feitas obras de infraestrutura pelos governos federal, estadual e municipal para melhorar o trânsito, o ciclista não terá vez. “Está faltando espaço nas vias públicas para todo mundo, então, o ciclista que é mais frágil deve tomar cuidado”. No site do grupo “Saia na Noite” há outras dicas interessantes sobre como pedalar na cidade:

Cuidado

com pedestres em geral
bicicletas de entrega
motociclistas apressados

Evite

forçar a barra
trafegar junto a ônibus ou caminhões
disputar espaço
pedalar onde não possa ser visto

Procure

ir com o trânsito
posicionar-se mais ao centro
sinalizar as suas ações

Jamais

pedalar na contra-mão
ficar entre ônibus ou, pior, caminhões
pedalar muito próximo do meio fio
brigar, xingar...

BICICLETÁRIOS/PARACICLOS NOS FÓRUNS

Execução Fiscal (capital)

Em março de 2012 o juiz federal Paulo Cesar Conrado, que na época coordenava o Fórum de Execuções Fiscais, solicitou a viabilização de instalação de paraciclos no local. Foi quando o servidor Waldemir Vieira de Barros conseguiu obter três paraciclos doados pela ONG “Instituto Parada Vital” (www.paradavital.org.br), sendo que um deles foi instalado na área externa do prédio (para visitantes) e os outros dois no 1º e 2º subsolos. Uma Ordem de Serviço regulamentou o uso do equipamento no local.

Guarulhos

O servidor Adilson Bellini seguiu a mesma trilha do colega da Execução Fiscal e também conseguiu um paraciclo. “Logo na inauguração da nova sede, em fevereiro de 2012, notamos que muitas pessoas utilizavam bicicletas para vir ao trabalho. Essas bicicletas eram depositadas no estacionamento do prédio, mas não em



um lugar apropriado. Com as orientações do Barros (Waldemir), conheci o ‘Instituto Parada Vital’, que prontamente nos doou um desses suportes, que vem sendo bastante utilizado por servidores e funcionários terceirizados”, conta Adilson.

Piracicaba

Foram confeccionados seis ganchos de ferro que servem como suporte para bicicletas, em local coberto que antes servia de garagem para os veículos oficiais.



Caraguatatuba

O servidor Luiz Paiva Reis conseguiu um paraciclo que seria descartado por um posto de gasolina. O equipamento ainda não foi instalado no Fórum por estar aguardando a construção da garagem no prédio. “Em Caraguatatuba alguns servidores, inclusive eu e muitos funcionários terceirizados, utilizam bicicleta como meio de transporte até o trabalho. Como a cidade é litorânea e plana, a bicicleta é largamente utilizada pela população nos deslocamentos cotidianos. Hoje o bicicletário funciona num compartimento embaixo da escada próxima à portaria do prédio. Diariamente aproximadamente 15 bicicletas são guardadas lá”, conta Luiz.

Administração Central (Peixoto Gomide)

A Diretoria Administrativa negocia com uma ONG local a doação de um paraciclo para ser disponibilizado nas novas dependências da Administração Central, a ser instalado na rua Peixoto Gomide, 768.

Guarulhos

O nome da cidade decorre dos indígenas que habitavam a região, os índios Guarú da tribo dos Guaianases. Guarú significa "índio barrigudo" ou "peixe barrigudo".



Em 8 de dezembro de 1560, com a construção da capela sob a égide de Nossa Senhora da Conceição, Guarulhos foi fundada pelo padre jesuíta Manuel Paiva. Seus primeiros habitantes foram os índios Guarús, da tribo de Guaianases. A economia da cidade deu início em função da mineração de ouro. Com isso o trabalho escravo negro era muito utilizado. Ao final do "Ciclo do Ouro", o povoado da cidade enfrentou algumas dificuldades.

Entre os séculos XVII e XVIII, o município passou a dar sinais de recuperação e muitas pessoas passaram a demonstrar interesse pela região. Isso pode ser constatado pela quantidade no número de ordens estabelecendo as sesmarias expedidas para a região. Sesmarias eram institutos jurídicos portugueses responsáveis pela distribuição de terras destinadas à produção.

Os sesmeiros dedicavam-se a agricultura, mineração e como atividade de apoio, criavam gado vacum e cavalos. Alguns anos mais tarde, a plantação de trigo e a fabricação de açúcar deram destaque econômico à povoação que, em 1880, foi elevada à categoria de 'município', com o nome de Conceição de Guarulhos, reduzido para Guarulhos somente em 1906. Foi no século XX que Guarulhos recebeu estrada de ferro, energia elétrica, telefone e licenças para o funcionamento

de indústrias.

Com as inaugurações das rodovias Presidente Dutra e Fernão Dias nos anos 50, Guarulhos tornou-se, praticamente, uma extensão da cidade de São Paulo.

Atualmente, é uma das cidades que mais gera empregos em São Paulo, tem o 7º maior PIB entre os 5.565 municípios brasileiros (IBGE); é a 2ª cidade mais populosa do estado e exporta cerca de US\$ 1,3 bilhão por ano.

Justiça Federal

Em virtude do progresso da cidade, em 3 de dezembro de 1999, sob a presidência do TRF3, o desembargador federal José Kallas inaugurou o Fórum Federal de Guarulhos, 19ª Subseção Judiciária. No ano passado, após constatar que a Justiça Federal da cidade necessitava de um espaço maior e mais bem localizado, o Fórum mudou-se para avenida Salgado Filho, n.º 2050, com uma área de cerca de 6 mil m².

A Subseção possui seis varas, sendo uma delas especializada em Execuções Fiscais. Ao todo, oito juízes lá atuam em escalas de revezamento entre as varas. O diretor do Fórum é o juiz federal Paulo Alberto Sarno.

Atualmente, tramitam cerca de 18 mil processos, um aumento de mais

de 100% comparado com o 1º ano de funcionamento do Fórum. Os processos mais comuns são os criminais, embora haja também ações previdenciárias e tributárias.

É em Guarulhos, no bairro de Cumbica, que se localiza o Aeroporto Internacional "André Franco Montoro", o maior da América do Sul. Nele há uma significativa movimentação diária de pessoas e cargas, e, conseqüentemente, gera um grande número de questões que demandam a ação do Poder Judiciário, em processos judiciais cíveis e criminais.

"No âmbito criminal, um dos dados mais significativos é o expressivo número de réus presos (cerca de 1 mil). Há uma incidência rotineira de tráfico internacional de entorpecentes e uso de documentos falsos, como passaportes, vistos consulares, etc. Há também um bom número de ocorrência de crimes de desacatos e desobediência", afirmou o diretor administrativo do Fórum, Antonio Lesting Junior.

Na área cível, destacam-se ações relativas aos regimes aduaneiro e tributário de importações e exportações, bem como a atuação funcional da alfândega. No total, sete municípios são atendidos pela 19ª Subseção: Arujá, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Mairiporã, Poá, Santa Izabel e Guarulhos.

DIRETORIA DO FORO

A Diretoria do Foro é a área responsável pelos serviços administrativos necessários para garantir o funcionamento da Justiça Federal de Primeiro Grau, nos aspectos de estrutura dos Fóruns, gerenciamento de servidores, aquisição de materiais permanentes e de consumo, além do desempenho de outras atividades imprescindíveis para que a Justiça Federal não cesse a sua prestação jurisdicional.

O juiz federal diretor do Foro é nomeado mediante ato de designação expedido pelo Conselho da Justiça Federal da 3ª Região, tendo a sua competência definida pela Resolução nº 065, de 2 de julho de 2009. Além das atribuições definidas em sua competência, o juiz federal diretor do Foro também é o corregedor permanente dos serviços auxiliares não vinculados diretamente às varas federais.

Para atender a crescente demanda da Justiça Federal, o Gabinete da Diretoria do Foro conta com duas Seções:

- **Seção de Apoio ao Gabinete da Diretoria do Foro (SUGA)**

Faz o registro e atualização dos documentos entrantes na Diretoria do Foro no Sistema de Acompanhamento e Controle dos Processos Administrativos – SISPRO; confecciona ofícios; publica os atos normativos da DF e os disponibiliza na intranet e internet; confecciona editais (inspeção geral ordinária - prorrogações e alterações); faz o acompanhamento do malote digital; assessora o juiz federal diretor do Foro; atende solicitações de magistrados e servidores.

- **Seção de Apoio ao Processamento de Sindicâncias e Processos Disciplinares (SUSI)**

Tem como atribuição o processamento dos procedimentos disciplinares, que incluem desde a autuação de expedientes administrativos e instauração de sindicâncias administrativas e processos administrativos disciplinares, apurando a responsabilidade administrativa por irregularidades ou infrações funcionais ocorridas na Seção Judiciária e as sujeitas às penalidades administrativas superiores a 30 dias ocorridas nas subseções judiciárias do interior. Para tanto, minuta decisões de instauração, interlocutórias e finais, assim como expede ofícios, memorandos, portarias e composição das comissões.



LIVROS



Competência da Justiça Federal

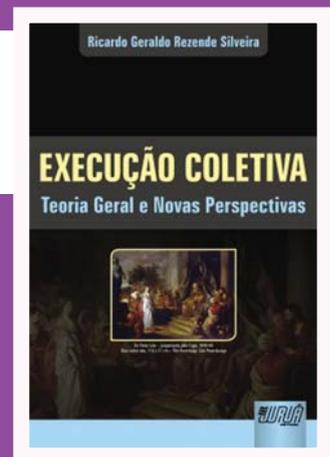
Autor: Raquel Fernandez Perrini

A juíza federal Raquel Fernandez Perrini, da 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Santo André lançou a 3ª edição, atualizada e ampliada, de seu livro "Competência da Justiça Federal". A obra se destaca por sua abrangência, e faz uma análise integral da competência da Justiça Federal, abordando, de forma didática, o primeiro grau de jurisdição – inclusive os Juizados Especiais Federais – e a competência recursal dos Tribunais Regionais Federais.

Execução Coletiva – Teoria Geral e Novas Perspectivas

Autor: Ricardo Geraldo Rezende Silveira

Ricardo Geraldo Rezende Silveira, juiz federal, aborda em seu livro questões ligadas a áreas pouco exploradas nos estudos publicados sobre o Processo Coletivo e busca, de forma científica e estruturada, contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre a execução coletiva, além de apresentar alguns pontos de vista acerca de questões concretas e potenciais na fase mais aguda da demanda.



Exercício
para a mente

Caça Palavra

Nível Difícil

E G X U O F R M Q P H S E H I A K J S T N B V O C L X D R J Q H Q A P B J E U S
U E E M C T L S C Z G M F H N H V P D U M C P K O G K I Z W P A I O L U Q S I J
U R B W L Y C X T A M L S Y M Q U K E P W Z I S P M D I G B N R A H B A W P C O
U E N W E C J G C T V M L C L U I M S F M M F C O X X L I O O M B K M A L A E C
J N Y I N Q E N M N S G L A P U L A E R Z V F I K B N M H V C O M P X L G M D X
N C J K A B O B V Z C O M P O R T A M E N T O I O K F P X G I N L Q A I B N Z R
Q I Y C L D H Z H V U U G T B C E J P K Y Y T D S B D D R Q R I Q Y I D Y O K O
M A I H J J K H U E E A G C B D Z P E M A I Z D Y Z A I G E T A R T S E G Z B A
Y M B S X M U P N A G F V D F Y S B N T F T L M D U A B Q R J E L W O R T E Q U
D E Q C O O P E R A Ç Ã O I D T E M H N F R V C G P D C V X O N T V U A W R Z L
D N C D E T R D E M P H L G K T H E O H E K U Q P C I O A T Q C O Z A N L E H K
M T S O L H I K P H P O O A X H H V R H Y M W N T P Z S K E Y A I M Y Ç K S S K
P O I R M Y G Z S I F C Y M N F J N L V B E Z X W K E C P Y G L O Q M A G P D T
N R J B I P F S P S G F J I L T E Q E N G M W K J P Z P Z U F É R F A F P O R O
V M I S W I R F R E N G S A P C B V T R E L A C I O N A M E N T O B T H U N M Y
H M Q W D K R O G Y S K M Y L A I S V D U A G N V T J M S T U I Y V T Q Q S S C
U Y N X E P R A M O S E P P W A U Z L Y K I G A Z K Y L F F I C H O O I A A M E
H N T G R O G J G E X Q Z Y M E A Q Q D M Q C Z C N U B F H H A K X N B I B Z R
P L L I J V R O Z E T A T A D O L W B M I P E R G G K D K G K P I W B R D I J S
B D Q L P B F L E U Q I Q W B P D X L G V S A H R S U O P Z G H H S P R S L Q H
J N S F B F C M N P X K M O T I V A Ç Ã O A C S Y K W U U Q F Z S A R I I I X N
V K V L W C K D J F L P D E T H H M T D T X F I J D M P U H I T A U T F A D S C
X L U T T S M D R I F F G H N F W Q S B N Q R Y P G B H A F E B S X B V O A M T
P V Z Q T A T A X N S W D F F T B T R W E E N D D L K V P H N Q S F S B B D X V
N Q U E O T F R Z Q W E A P S J O Y X Q M W C X Z K I Q A J U G E Y M O L E S Q
R J X D T A R X U Q T N M K X L P H C V I H F G T E E N W S H H R S D V P L W Q
M G C A N T I S X E A Z G J G U T W T W V I P O F U I P A A Z Q T J A B R H H T
U I A J E V X J O T V W O S P Z H L V W L B E S O V N V F A P V I N U Z Q F I M
Q P L A M P Z M A I Y R H N N B I C Z U O P W F I G C R I A T I V I D A D E U C
E V Z T A O M U Y K F N G U G X U L M A V P T T N T O D P O Y X I U A U S C G P
M J Y U N M V H I E R A F F N O W N D P N X L P U Z A B U G V I D H H U O D D J
C C S L I B S I T B R G U A N D M I R T E F L Z E S S Q C D X T A L S W G U I T
U N P F E Q B U B E V J F V U V W L H J S S M Y U F Z L T J R X D R I M P U Y M
S O D I R E T R I Z Y Y L N P K K S U C E S S O O L K X T Q V H E G U U S Z B S
E C F I T S K T V J E N M W E V V S Q Q D I R T B G N I A G N R Y V J B H R F H
C R T I I V J G G H K J O U M D A R P I S F Z Y F Z Z D Z O C B A N T D S F L I
W A L A R W F K L H M N T K F J E B N X R M V O N Z E Y Z U G L A C I P A M W P

Sucesso
Desenvolvimento
Criatividade
Ousadia
Liderança
Estratégia
Motivação
Comprometimento
Cooperação
Disciplina
Desempenho
Relacionamento
Ética
Treinamento
Diretriz
Comportamento
Gerenciamento
Assertividade
Responsabilidade
Harmonia